

Congresso aceita votar já minipacote tributário

Mas Aécio e Tebet dizem que governo ainda não informou sobre necessidade de medidas

ROSA COSTA
e EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA – O governo não terá dificuldades em votar no Congresso, ainda na campanha eleitoral, um minipacote tributário que serviria para acalmar o mercado financeiro e indicar o fechamento de um novo acordo com o Fundo Monetário International (FMI). A garantia foi dada ontem pelos presidentes da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), e do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), e por líderes dos partidos, na reabertura dos trabalhos do Congresso depois do recesso parlamentar.

Mas nenhum deles têm informações sobre o preparo das medidas. Aécio disse que, até agora, o presidente Fernando Henrique Cardoso nada lhe comunicou sobre a necessidade de votar "matérias emergenciais no campo"

tributário. "Mas de antemão, é preciso que o País saiba que a Câmara estará de pronto".

Também o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), foi categórico ao dizer que o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e o secretário-geral da Presidência, Euclides Scalco, negaram ter conhecimento da matéria. Para Madeira, os parlamentares têm condições de contribuir para o ajuste da economia, sem depender da iniciativa do governo. Bastaria votar o quanto antes o artigo 192 da Constituição, que regulamenta o sistema financeiro, e os projetos que acabam

com a cumulatividade do PIS-Pasep e que criam a previdência complementar para os servidores públicos. Ele admite, porém, que são matérias "polêmicas e de difícil aprovação".

As propostas serão discutidas terça-feira, na reunião de líderes convocada por Aécio para analisar a minirreforma tributária que espera votação desde o início do ano. Tebet disse que dará prioridade à votação dessas matérias. "Sempre defendi uma minirreforma por tópicos e acho que temos agora a oportunidade de iniciá-la."

Furacão – O líder da oposição no Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP), assegurou que os partidos aceitam suspender a campanha nos Estados para ajudar a "tirar o País do meio do furacão", votando ações de emergência. "Embora seja Fernando Henrique o maior responsável pela crise, todos nós temos de pensar como resolver o problema."

Mesma disposição tem o vice-líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA). Para ele, os eleitores vão entender se o Congresso apro-

var medidas antipopulares, como a prorrogação da alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física em 27,5%, porque "é melhor manter o imposto do que deixar a economia descontrolada". Pela legislação, essa alíquota será substituída pela de 25% em dezembro.

O único a falar contra a votação de medidas de emergências foi o líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ). Ele alega que votar durante a campanha "mais impostos para os cidadãos e empresários é um absurdo". Depois das eleições, diz, pior ainda. "Seria um escândalo para os recém-eleitos."

'CÂMARA
ESTARÁ DE
PRONTIDÃO',
DIZ TUCANO